

Aluizio Alves

Variações Sobre a Transposição

FUNDAÇÃO GUIMARÃES DUQUE



COLEÇÃO  MOSSOROENSE

Série "B" – Número 2712 – Junho de 2005

Fundação Vingt-un Rosado – Coleção Mossoroense

Av. Jorge Coelho de Andrade, 25

Bairro: Costa e Silva – Mossoró/RN

CEP: 59 625 – 400

Telefones: (0**84) 312 2675 ou 312 3180

E-mail: fvrcom@uol.com.br

Era nosso intuito voltar a discutir os “argumentos” dos que são contra a transposição das águas do Rio São Francisco para os três estados do Nordeste, que não dispõem de rios perenes. Já o fizemos em entrevistas na televisão e a jornais, emissoras de rádio de vários Estados. Não considerávamos necessário voltar a defender o projeto que se chama, oficialmente, hoje Projeto de Integração das Bacias do São Francisco às bacias dos Rios da área setentrional, que visa assegurar condições hídricas para a vida de uma população de 12 milhões de pessoas e desenvolvimento social e econômico da região.

Mas, entendo hoje que é perder tempo. Os interesses dos Estados já beneficiados, sobretudo os maiores, Minas Gerais e Bahia, são colocados acima dos outros até dos outros Estados menores, embora também beneficiários. Porque supostos técnicos escrevem que o Nordeste dispõe de águas suficientes para o seu desenvolvimento, desde que faça distribuição de águas dos açudes já existentes, ou perfure poços tubulares.

Então vamos partir de uma história e de uma realidade. Há cerca de 150 anos a idéia da transposição foi lançada e ninguém tomou conhecimento.

O governo Dutra enviou projeto à Câmara criando a Companhia Hidroelétrica do São Francisco com a função de utilizar a energia de Paulo Afonso, velho sonho perdido de Delmiro Gouveia, e fazendo concessões de terras da Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco, excluídos o Ceará, a Paraíba e o Rio Grande do Norte.

Logo me convenci da primeira dificuldade: as bancadas governistas majoritárias, PSD e PTB, não estariam dispostas a contestar o Governo que, pela palavra da Chesf, explicava a exclusão pela distância da fonte geradora, mais de 500 quilômetros, “tecnicamente inviável e sem rentabilidade econômica”. E aí se uniam pequenas manobras da politicagem partidária, porque o projeto, incluindo os três Estados, me levaria ao governo do Rio Grande do Norte. Ganhamos a pequena batalha contra a lentidão do andamento, manobrada por essa politicagem tornada inútil: em 4 de abril de 1963, como governador do Rio Grande do Norte, inaugurava a energia de Paulo Afonso.

Quanto à transposição, cujos estudos também, naquela época, inclusive consultando a situação de muitos países, contestava que não tinha fundamento a oposição: houve uma série de ações no fórum de Salvador e de Brasília, mas, o Tribunal Federal de Justiça colocou-se acima desses expedientes.

Preparei-me, então, para lutar pela transposição das águas do São Francisco para o Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará.

Depois de exercer o Ministério da Administração, no governo José Sarney, e nomeado pelo presidente Itamar Franco, para o Ministério da Integração Regional, tive entendimento com o serviço de Engenharia do Exército, a fim de fazer o levantamento da área, e, entregando à Secretaria de Irrigação a Bira Rocha, incumbimos o

engenheiro Rômulo Macedo, cuja competência conhecíamos da Secretaria de Recursos Hídricos do Rio Grande do Norte de preparar a equipe necessária e elaborar o Projeto no prazo de seis meses. Requisitamos cerca de 300 funcionários, estabelecemos escritórios em Mossoró-RN, e Souza-PB, e o trabalho foi concluído.

Procuramos todos os governadores, a começar pelo do Ceará, hoje ministro de Integração Nacional, Ciro Gomes, e de quase todos recebi apoio, menos do governo de Pernambuco. Via na televisão, sobrevoando a área pernambucana que interessava ao projeto de transposição, a Polícia Federal queimando plantações de maconha. Os interessados agiram junto ao governo estadual.

Com o apoio do deputado Inocêncio de Oliveira, fui a Recife tentar mudar a posição do governo. Aleguei que, na primeira fase do trabalho, dos 55 mil trabalhadores a serem recrutados 35 mil seriam de Pernambuco. Mas o silêncio continuava a proteger os plantadores de maconha. Não sei se o então governador cearense Ciro Gomes está lembrado de que, a meu pedido, atuou para que eu conseguisse a autorização de Pernambuco, apresentando o drama do abastecimento de água de Fortaleza em racionamento com risco até de colapso.

Nessa altura, ficaram prontos os 1.600 títulos de propriedade dos colonos da Codevasf, lotes de terras entregues a pequenos agricultores em Petrolina há mais de 20 anos, mas, que não tinha o “título jurídico”. Os mesmos líderes que impediram o levantamento geológico do terreno

pelos nossos funcionários, engenheiros do MIR, continuavam a agir, e só concordaram quando o Serviço Geográfico do Exército foi executá-lo.

Embora contasse com o financiamento de 600 milhões de dólares para o projeto inteiro, com apoio do Banco do Nordeste e do Banco do Brasil, era indispensável autorização do Governo Estadual. Esses embaraços nos levaram a só poder entregar o projeto ao presidente Itamar Franco poucos dias antes dele deixar o Governo, embora já concluído para o futuro Governo iniciá-lo imediatamente se assim o desejasse.

O presidente Fernando Henrique Cardoso, embora vindo a Natal três vezes, e em encontros em Brasília, prometeu assumir a execução do projeto, mas, não o fez.

Depois de oito anos de esforços inúteis, o atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva deu, logo ao assumir o Governo, uma declaração à imprensa de que faria a transposição, de cujo projeto tinha conhecimento, e não faltaria dinheiro. O projeto tornaria perenes os rios da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Disse Lula, numa visita recente a Pernambuco: “Com a transposição, as crianças deixariam de beber a mesma água que o gado bebia”. Foi um depoimento comovedor de quem, na juventude, conheceu a realidade do sertão nordestino:

Quanto de água? 1% do que o São Francisco jogava inutilmente no Oceano Atlântico.

Quando cheguei ao Ministério de Integração Regional, no governo Itamar Franco, encontrei débitos da seca de

1993 de mais de 2 bilhões de reais, além do que a União, os Estados e Municípios haviam gasto e, sobretudo, a perda de milhares de pessoas que migraram para as favelas das capitais do Sul, a destruição da agricultura, e a redução de 70% da pecuária.

Nos países estrangeiros, as transposições eram feitas de cidades a cidades, de estados a estados, de países a outros países, começando pela China, Estados Unidos, Israel e Espanha, mais de 40 países.

Dois episódios registrados na História: a perda de 200 mil vidas na seca de 1877. O Imperador Pedro II nomeou, sob a presidência do Barão de Capanema, comissão que sugeriu uma solução cruel e ridícula: importação de 12 camelos que levariam água do São Francisco para o Nordeste. Não resistiram a poucos meses de vida com os pés habituados às areias do deserto que não tiveram condições de sofrer a aspereza do solo nordestino. Agora, surgiu outro: não se pode fazer a transposição porque as margens do rio São Francisco estão degradadas. Quem as degradou? Os mesmos que são contra a transposição, a começar pelas usinas mineiras que produzem gusa, derrubam árvores e utilizam esse material como carvão.

Não há impedimento de fazer simultaneamente as duas obras, a primeira já contando com verbas para a sua execução e a segunda com projetos de licitação já concluídos.

Começa agora a utilização de outro argumento: a transposição quando operada, custará 0,11 centavos de real

por metro cúbico. Outros países como a Espanha, Portugal, Estados Unidos o custo mínimo é de 0,5 centavos de Euro por metro cúbico, ou seja, quatro vezes mais.

Entre os desvarios da última tentativa da Reforma Ministerial no Brasil que, afinal, não houve, senão a substituição de dois ministros, há uma vitória a comemorar e que esperamos seja sustentada pelo governo do presidente Lula: a permanência do ministro Ciro Gomes a quem procurei tratando da transposição e quando ele era governador do Ceará, e hoje vem defendendo a transposição e com a responsabilidade de executá-la com o custo quatro vezes menor do que as transposições realizadas em outros países.

A transposição do São Francisco às bacias de outros rios não acaba o problema da seca.

Quem disse que ela resolveria esse terrível fenômeno da natureza? Sempre sustentamos que reduziria seus funestos profundos efeitos na economia e na vida social de uma população, com profundo sofrimento de 12 milhões de brasileiros. Não é suficiente?¹

¹ Artigo publicado no jornal Tribuna do Norte (Natal/RN), 05 de abril de 2005.